



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA**

ATA NA ÍNTEGRA DA 121ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG
Data: 09 de outubro de 2015 às 09h00min**

ATA NA ÍNTEGRA DA 121ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG
Data: 09 de outubro de 2015 às 09h00min**

Aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano de 2015 (dois mil e quinze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 121ª (centésima vigésima primeira) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr (senhor) Ricardo Rodrigues de Carvalho, 1º (primeiro) Suplente da Presidência; Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas; Sr. José Roberto Silva, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Flávio José Froes de Oliveira, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Matheus Guimarães Novais, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sr. Danilo Porto Campos e Sr. Adrian Franco Silva, Titular e 1º Suplente, respectivamente, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Major André Márcio Alves Rodrigues, Titular da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. José Antônio Leandro, Secretária Municipal de Meio Ambiente, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada – Uberlândia, Sr. Marcelo Gouveia Guimarães, 1º Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Thiago Alves do Nascimento, 1º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. (senhora) Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Moisés Inácio Franco, Titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Marcio Adriano Bochio, 1º Suplente, respectivamente, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da ONG Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Alexander Martin Silveira Gimenez, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ); Sra. Glaucimar Soares da Silva Vieira e Sr. Claudio Junio Leocádio, Titular e 2º Suplente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). RICARDO (PRESIDENTE): Vamos dar início à nossa reunião. Bom dia. É um prazer estar mais uma vez aqui em Uberlândia para presidir a reunião do COPAM Triângulo. Inicialmente eu queria dar boas-vindas a dois novos Conselheiros que nós temos aqui na mesa, Sr. Danilo Porto Campos, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras



Públicas (SETOP) e o Sr. Matheus Guimarães Novais, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU). Os senhores receberam ai também dois Convites, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, convidando para uma reunião sobre Agronegócios Regional, com objetivo de aproximar os dirigentes do Agronegócio e fiscalização do CREA Minas, no dia 27 de outubro às 14 horas no local Regional Triângulo, Avenida Anselmo Alves dos Santos, 1240, Santa Mônica, aqui em Uberlândia. E um convite também do Instituto Estadual de Florestas e Reserva Eco Cerrado Brasil, convidando para o 1º Encontro Mineiro sobre Javali asselvajado, impactos socioambientais causados pelo Javali em Minas Gerais, nos dias 24 e 25; dia 24 sendo no Auditório de Uberlândia e no dia 25 no Parque Estadual do Pau-furado, às 08 horas; ambas as reuniões às 08 horas. Vamos dar início então à reunião de hoje, pauta da 121ª (centésima vigésima primeira) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na data do dia 09 de outubro de 2015, às 11 horas na sede Regional do SISEMA, na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Centro, Uberlândia. Convidar a todos agora para a Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz.** Passo agora ao item **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.** Pois não. THIAGO (FIEMG): Bom dia, Presidente. Bom dia colegas de Conselho, aos técnicos e aos empreendedores. Eu gostaria de deixar aqui o convite, nos dias 14 e 15 da semana que vem estarei realizando aqui na FIEMG Regional, na Rondon Pacheco, 2100, dois dias de evento. No 1º dia é um Curso de Gestão de Resíduos, já é a nossa 6ª capacitação, vai falar um pouquinho sobre a Política Nacional de Resíduos, nós vamos abordar os acordos setoriais, a logística reversa e no dia 14 mesmo, à noite, nós vamos fazer uma reunião com todos os Sindicatos Moveleiros do Estado, porque nós estamos buscando num grupo de trabalho trazer uma solução definitiva para o resíduo de MDF. E no dia 15, de manhã, nós vamos estar realizando o *Workshop* de Simbiose Industrial, que é uma oportunidade da empresa de fazer negócios com seus resíduos. Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Thiago. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu gostaria de fazer uma pequena reflexão e um pedido de moção sobre o Projeto PL 2.946 de 2015, que dispõe sobre a estrutura do Sistema Estadual do Meio Ambiente, SISEMA, que foi apresentado no dia 06 de outubro e a composição veio acompanhado e acatado de pedido de urgência da Assembleia Legislativa. Segundo a PL, ela visa agilizar processos de licenciamento, contudo, a PL remete praticamente tudo à Decreto. A palavra Decreto para regulamentar vários itens, ela é repetida 23 vezes nessa PL. Se trata, na verdade, de uma Lei denegada, pois ela submete o Poder Executivo à competência de estabelecer as regras do jogo, limita-se assim o núcleo do poder decisório e executivo e se esvazia a possibilidade de participação da Sociedade e se dá um golpe contra a Gestão Centralizada. É claro, acho que todos nós somos a favor, que estabelecer um prazo para conclusão de processos é importante, mas realmente determinar isso por Lei não resolve as questões de fundo, que tornam reais a morosidade do processo. Outro aspecto que diz diretamente a nós aqui, é o artigo 23, aonde no Parágrafo 2 diz assim: *“O Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES) poderá identificar processos em curso em qualquer instância e fase de licenciamento ambiental considerados prioritários relevantes ao desenvolvimento social e econômico ou de proteção ao Meio Ambiente e ao Desenvolvimento Sustentável para que a Superintendência de Projetos Prioritários vinculada ao Gabinete da SEMAD as conclua”*. Então, nesse parágrafo atribui ao CEDES amplos poderes, passando por cima de várias outras instâncias, se esvazia o COPAM, inclusive dando a este Conselho o protagonismo que diminui e atrofia o papel histórico do COPAM, desde que o COPAM foi criado lá para trás no Governo Aureliano Chaves. Então, é



um grande retrocesso, na contramão da Gestão Colegiada e Participativa. A moção que eu gostaria que os nobres colegas Conselheiros levassem em consideração e aprovassem é a seguinte: *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, a URC COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, reunida na 121ª Reunião Ordinária (RO) no dia 09 de outubro de 2015, em vista da relevância da PL 2946/15 vem solicitar para Vossa Excelência a realização de uma Audiência Pública, para tratar e discutir com a Sociedade Mineira o referido PL”*. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Vamos colocar a moção em votação nesse momento. Aos que concordam com a realização da moção permaneçam como estão, se abstenha ou se manifeste contra. Moção aprovada. Será enviada. Eu vou pedir licença, me parece que o Dr. Ricardo, Secretário de Meio Ambiente de Uberaba quer se manifestar. Pois não, Ricardo. RICARDO (SECRETÁRIO MEIO AMBIENTE DE UBERABA): Bom dia a todos. Não estou falando aqui como Secretário de Uberaba não, venho aqui como Diretor Técnico da Associação Nacional de Meio Ambiente (ANAMA) e a respeito das discussões que estão sendo realizadas no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Primeira coisa, está sendo discutido e implementado a LC 140, que estabelece como será o Licenciamento Ambiental, a nível Nacional, Estadual e Local, inclusive com a definição também do que é impacto local mudando e descentralizando o sistema, todos os sistemas nacionais hoje existentes. Então, é determinação que os Municípios comecem a se organizar ou se organizem nesse sentido. Então, essa PL mandada pelo Estado, na minha avaliação, ela vai contra a LC 140 e também à PL 3729 que está desde 2009 na Câmara dos Deputados, e essa PL é muito clara em relação ao que é a atribuição; e ela modifica a Lei 6938 de forma significativa e esse Projeto de Lei não está em sintonia com essa Legislação Federal, ou seja, ele vai fazer uma alteração agora e daqui a 15 dias vai ter que fazer outra e o Governo do Estado de Minas Gerais, através da ADEMA, tem também cadeiras no CONAMA, então, é bom isso ficar muito claro. Bom, a ANAMA hoje tem 06 cadeiras no CONAMA, ela representa hoje e ela tem 128 Câmaras Técnicas; essas Câmaras Técnicas discutem a relação que a gente tem com a Câmara Federal e com a Legislação que nós precisamos de aprovar. Então, é a primeira vez que o Triângulo Mineiro e Minas Gerais tem a representação no CONAMA que tem hoje, a Diretoria Técnica da ANAMA que estabelece quais são os critérios e debate essas questões relacionadas com a descentralização do sistema. Também foi votado, anterior a essa Lei, a esse PL encaminhado, a Resolução do CONAMA que trata, salvo melhor juízo, acho que é a 411, que trata sobre a questão dos rendimentos florestais, também os inventários e também os levantamentos florísticos, toda parte do IEF é inconstitucional. Então, toda parte da PL que foi encaminhada pelo Governo do Estado, já que foi votado na União e é contrária, então, eu entendo que está prejudicada essa PL a partir do momento que o Estado não está em consonância com o que está sendo decidido, tanto no Governo Federal, que são as normas gerais. Então, nós precisamos de fazer mesmo essa Audiência Pública, organizarmos todos os nossos contatos aqui, Deputados, enfim, para que a gente encaminhe uma posição do Triângulo Mineiro, da região e aí a gente engrossa esse caldo com a participação da ANAMA e dos membros do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Eu quero dizer para vocês, para os senhores, principalmente para Uberlândia, Patrocínio, Ituiutaba e outras cidades que, embora seja através da Secretaria de Meio Ambiente de Uberaba, a Associação Nacional de Meio Ambiente ela é representativa de todos os Secretários de Meio Ambiente e se o Triângulo Mineiro tem hoje essa prerrogativa eu convoco todos os Secretários da Região para juntar forças com a gente e fazer parte das Câmaras Técnicas do CONAMA, fazer a nossa reunião, o nosso Fórum local sobre essas questões, porque muita coisa está passando lá na CPA, na CPFLOR, nós vamos ter agora reunião da Câmara Técnica Florestal e o Cerrado vai ser um dos elementos que nós vamos discutir com o Pedro Wilson que é o Diretor da parte do Bioma Cerrado, que é sob a nossa



coordenação. Vamos aproveitar isso e levar a nossa experiência aqui do Triângulo Mineiro a nível Nacional para que todo mundo enxergue, porque é muito fácil enxergar a Mata Atlântica, igual a S.O.S. Mata Atlântica tem uma força danada, é muito fácil entender a questão, principalmente da orla marítima, mas ninguém fala do Cerrado, a primeira vez, nós conseguimos introduzir isso no Conselho Nacional, gente, é da maior importância. Então, essas questões o Estado tem que estar alinhado, ele não pode ficar tentando centralizar aquilo que já foi descentralizado a nível Nacional. Então, ele tem que ter obrigatoriamente uma política em consonância com as decisões nacionais. Era isso que eu queria trazer, engrossando aí a moção do nosso amigo e Conselheiro aqui do COPAM, o Frei Rodrigo, cujo pai foi meu Professor, um grande Professor, Diretor da Escola de Arquitetura. Você tem pedigree, tem origem nas decisões, no trabalho dele, o pai dele era um Ambientalista nato. Era essa mensagem que eu gostaria de deixar para todos. RICARDO (PRESIDENTE): Muito obrigado, Ricardo. Alguma manifestação mais? Bom, vamos em frente, vamos colocar item 4. **Exame da Ata da 120ª RO de 11/09/2015.** Pois não. GLAUCIMAR (CODEMA): Eu gostaria que fosse feita uma retificação na linha 945 que acredito que eu afirmei: Sim, concordo. E não, não concordo como está lá. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Glaucimar. Vamos colocar então o exame da Ata. MAJOR MÁRCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Abstenção, eu não estava presente. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não, Major, está registrada a abstenção. Colocar em aprovação a Ata da 120ª RO do dia 11/09/2015, aos que concordam permaneçam como estão. Ata aprovada. Item 5. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** Item 5.1 Cooperativa dos Garimpeiros da Região de Coromandel - Estradas para transporte de minério / estéril e lavra em aluvião, exceto areia e cascalho - Coromandel/MG - PA/Nº 00835/2014/001/2014 DNPM 830.706/2009 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Esse processo é **RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG e Antônio Geraldo de Oliveira representante da ONG CERVIVO.** Nesse item nós já temos um destaque da SUPRAM e temos um inscrito para fazer a manifestação. Item 6. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação - “Ampliação”:** Item 6.1 Britagem São Salvador Ltda. - Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento; unidade de tratamento de minerais - UTM; barragem de contenção de rejeitos, pilhas de rejeito de estéril; estradas para transporte de minério/estéril e britamento de pedras para a construção do basalto - Uberlândia/MG - PA/Nº 00344/1991/010/2014 DNPM 831.013/1991 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Esse processo também é **RETORNO DE VISTA pelo Conselheiro Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG.** Nesse item nós temos também um destaque da SUPRAM. Algum destaque Thiago. THIAGO (FIEMG): Esse aqui é o 6.1? RICARDO (PRESIDENTE): É o 6.1. THIAGO (FIEMG): Eu gostaria de um destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7. **Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva:** Item 7.1 Posto Novo Xodó Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Campos Altos/MG - PA/Nº 01520/2015/001/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item nós também temos um destaque da SUPRAM. RODRIGO (CREA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 8. **Processos Administrativos para exame da Licença de Operação:** Item 8.1 Rodoborges Transportes Ltda. - Transporte rodoviário de resíduos perigosos - classe I - Uberaba/MG - PA/Nº 9090/2006/002/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item nós temos também um destaque da SUPRAM. Item 8.2 Celso Vieira de Rezende / Fazenda Macacos - Avicultura de corte e reprodução - Indianópolis/MG - PA/Nº 19123/2007/004/2015 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Item 8.3 Macedo & Souza Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e



197 postos flutuantes de combustíveis - Campina Verde/MG - PA/Nº 02796/2011/003/2015 -
198 Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item nós temos um inscrito. Item 8.4
199 Lindomar Martins de Deus / Fazenda Descarga e Cachoeira dos Costas, denominada Fazenda
200 Canjerana - Avicultura de corte, bovinocultura de corte (extensiva), bovinocultura de leite e
201 cana-de-açúcar - Tupaciguara/MG - PA/Nº 20219/2011/002/2014 - Classe 4. Apresentação:
202 Supram TMAP. Item **9. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação**
203 **Corretiva:** 9.1 José Albino de Oliveira / Fazenda Caixetas - Suinocultura (crescimento e
204 terminação) - Patos de Minas/MG - PA/Nº 11601/2013/001/2013 - Classe 3. Apresentação:
205 Supram TMAP. Pois não. RODRIGO (CREA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item
206 9.2 Real Distribuidora de Carnes Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos,
207 ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc.) e processamento de subprodutos
208 de origem animal para produção de sebo, óleos e farinha - Uberlândia/MG - PA/Nº
209 38611/2013/001/2015 - Classes 5. Apresentação: Supram TMAP. GLAUCIMAR
210 (CODEMA): Destaque. CARLOS VALERA (PGJ): Bom dia, destaque no 9.2. RODRIGO
211 (CREA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Item 9.3 Cristiane Maria de Castro /
212 Fazenda Tenda - Suinocultura (crescimento e terminação), avicultura de corte e reprodução,
213 silvicultura, bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite, culturas
214 perenes e cultivos classificados no programa de manejo integrado de pragas, conforme
215 normas do Ministério da Agricultura, exceto cafeicultura e citricultura e culturas anuais
216 excluindo a olericultura - Uberlândia/MG - PA/Nº 02456/2005/001/2012 - Classes 5.
217 Apresentação: Supram TMAP. Nesse item 9.3 nós já temos um destaque da SUPRAM.
218 CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 9.4 Ney Queiroz de
219 Souza / Fazenda Sete Irmãos - Suinocultura (crescimento e terminação), culturas anuais
220 excluindo a olericultura, bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de
221 leite, cafeicultura e silvicultura - Uberlândia/MG - PA/Nº 05274/2011/002/2013 - Classe 3.
222 Apresentação: Supram TMAP. Nesse item nós temos também um destaque da SUPRAM.
223 Item 9.5 Ouro Fino Química Ltda. - Fabricação de agrotóxicos e afins - Uberaba/MG - PA/Nº
224 16005/2007/003/2013 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ):
225 Destaque. RODRIGO (CREA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 9.6 José
226 Silvestre Nunes / Fazenda Santa Edwrigens - Suinocultura (crescimento e terminação) -
227 Abadia dos Dourados/MG - PA/Nº 9676/2014/001/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram
228 TMAP. Nesse item nós temos um inscrito para falar sobre ele. RODRIGO (CREA): Destaque.
229 GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Item 9.7 Ciplan -
230 Cimento Planalto S/A - (Ex - Triamix Argamassas Ltda.) - Usinas de produção de concreto
231 comum - Uberlândia/MG - PA/Nº 00183/1999/003/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram
232 TMAP. Item **10. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de**
233 **Operação:** 10.1 Ronam Machado / Fazenda Figueireda - Suinocultura (crescimento e
234 terminação), bovinocultura de leite (extensiva), bovinocultura de corte (extensiva) e culturas
235 anuais - Coromandel/MG - PA/Nº 05245/2008/002/2015 - Classes 3. Apresentação: Supram
236 TMAP. Item 10.2 Brasnutri Soluções Ambientais Ltda. - Transporte rodoviário de resíduos
237 perigosos - classe 1 - Uberlândia/MG - PA/Nº 00057/2004/005/2015 - Classe 3.
238 Apresentação: Supram TMAP. Item 10.3 Brasnutri Indústria e Comércio Ltda. -
239 Compostagem de resíduos industriais - Uberlândia/MG - PA/Nº 18466/2005/005/2014 -
240 Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Nós temos já nesse item um destaque da SUPRAM.
241 CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item **11. Processo**
242 **Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença de**
243 **Instalação:** 11.1 Prefeitura Municipal de Uberaba - Canais para drenagem, retificação de
244 curso d'água - Uberlândia/MG - PA/Nº 12043/2009/002/2010 - Classe 5. Apresentação:
245 Supram TMAP. Nesse item nós temos um inscrito para falar sobre o processo. Item **12.**



Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante da Licença Prévia:

12.1 Parque Granja Marileusa Participações S/A. - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais - Uberlândia/MG - PA/Nº 22273/2014/001/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Bom, vamos passar para a votação em bloco dos itens que não tiveram destaque, são os itens: 8.2; 8.4; 9.7; 10.2 e 12.1, aos que concordam, desculpa; 10.1 também está sem destaque, 8.3 nós temos um inscrito que vai falar sobre o processo. Então, vamos passar a palavra aos inscritos e a gente pode passar depois para votação, porque eles não sofreram destaque. Então, nós temos inscritos no item que não teve destaque, 8.3 - Macedo & Souza Ltda, Sr. Marcos Peixoto. Ele não se encontra? Desistiu de fazer a manifestação? Bom, gente, vamos fazer então a votação dos processos que não sofreram destaque e que não tem inscrito, seguir a orientação aqui da colega da SUPRAM. Vamos votar em bloco os itens que não sofreram destaque, que são os itens, confirmando, são os itens: 8.2; 8.4; 9.7; 10.1; 10.2 e o item 12.1. Bom, não tem destaque mais no item 11.1, não tem mais inscrição para falar, ele também está incluído. Vamos votar então, incluindo o 11.1, aos que concordam permaneçam como estão, se abstenham ou se manifeste. Itens aprovados. Vamos passar então aos processos que tiveram os destaques. Item 5.1 - Cooperativa dos Garimpeiros da Região de Coromandel, nesse item nós temos um destaque da SUPRAM. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Eu estou aqui representando a Adriana, que é a Gestora do processo, ela deixou um documento elaborado a respeito de alguns esclarecimentos na reunião passada, em relação também ao Relatório de Retorno de Vistas e a inclusão de algumas Condicionantes. Então, eu vou ler o documento que ela deixou: *“No item 6 sobre a Reserva Legal onde se lê: 172 hectares, 21 ares e 35 centiares, corrigir para: 172 hectares, 21 ares e 53 centiares. Onde consta: 34 hectares, 45 ares o correto é 35 hectares e 16 ares. No item 2 do Parecer, parágrafo 4, onde está escrito: Produção Bruta Anual de 9.000 m³ de Diamante, mudar para 9.000 m³ de cascalho mineralizado. Em relação ao comentário feito na reunião passada sobre o acréscimo de uma Condicionante para implantação de uma fossa séptica no empreendimento, no item 8.2.3 do Parecer, que fala sobre os efluentes líquidos domésticos lá consta que “deverão ser construídos conjuntos de fossas sépticas, seguida de filtro anaeróbio e sumidouro”, esses dispositivos já estão previstos em projeto para serem executados, por esse motivo nenhuma Condicionante foi acrescentada sobre o assunto anteriormente. Entretanto, de qualquer maneira, para reforçar esse ponto a equipe da SUPRAM sugere o acréscimo da Condicionante nº: 07 com a seguinte redação: “Apresentar Relatório Técnico Fotográfico, com ART do responsável por sua elaboração, contendo registros da instalação dos conjuntos de fossas sépticas seguido de filtro anaeróbio e sumidouro, bem como da caixa de gordura que deverá existir no empreendimento”. Prazo para protocolo: Na Formalização da Licença de Operação. Também foi levantado uma questão na última reunião sobre a exigência de um programa de educação ambiental na área, já existe uma Condicionante sobre esse assunto, a Condicionante nº: 04. Entretanto, a ideia colocada por um dos Conselheiros era a realização de um programa específico de conscientização sobre as áreas degradadas do empreendimento. Lembrando que as Condicionantes nº 01 e nº 02 do Parecer, tratam respectivamente, sobre a exigência de elaboração do PAFEM das minas que foram abertas a muitos anos no local e sobre o PRAD dos 02 hectares e 53 ares de APP declaradas e degradadas no CAR apresentado. Portanto, seguindo a ideia do Conselheiro sobre a exigência de um programa de educação ambiental específico para as áreas degradadas, a equipe da SUPRAM sugere o acréscimo da Condicionante nº 08 com a seguinte redação: “Realizar um Programa de Educação Ambiental específico voltado especialmente à recuperação das áreas degradadas do empreendimento e a importância dessa para o Meio Ambiente. Nesse programa o PAFEM e o PRAD poderão ser abordados em detalhes.*



295 *Protocolar na SUPRAM TMAP a programação completa com todas as atividades realizadas*
296 *e a lista de presença”. Prazo para protocolo: Na formalização da Licença de Operação. Em*
297 *relação às questões levantadas no Retorno de Vistas do Conselheiro Antônio Geraldo, da*
298 *CERVIVO, ela esclarece: Primeira dúvida que era a respeito da regularização do uso da*
299 *água no empreendimento. O empreendimento se encontra na UPGRH PR1 onde são*
300 *consideradas como usos insignificantes as capacitações e derivações de água superficiais*
301 *menores ou iguais a 01 litro/segundo, conforme seção 04 do Parecer Único, o*
302 *empreendimento usará água do Rio Douradinhos com captações em 04 pontos, com vazões*
303 *de 0,135 litros/segundo em cada ponto. A Cooperativa possui 04 cadastros efetivados de uso*
304 *insignificante, como as 04 vazões somadas resultam em um valor inferior a 01 litro/segundo*
305 *não foi solicitada a unificação dos processos e mesmo que fossem unificados continuaria*
306 *caindo em uma situação de cadastro de uso insignificante. Sobre a segunda questão levantada*
307 *em relação ao risco de carreamento de solo para o curso d’água em função do procedimento*
308 *adotado para remoção do cascalho ela esclarece: As lavras serão abertas com auxílio de*
309 *retroescavadeiras, o cascalho mineralizado será transportador para armazenamento próximo*
310 *às plantas de beneficiamento até poder ser adicionado ao sistema e beneficiado. De fato,*
311 *conforme exposto na seção 02 do Parecer Único, o primeiro processo a ser realizado para*
312 *iniciar a separação do cascalho, diamantífero da lama e encaminhá-lo ao circuito de*
313 *beneficiamento é o jateamento de água. Entretanto, conforme explicado na seção 04,*
314 *parágrafo 3 do Parecer, a quantidade de água utilizada no processo produtivo será pequena,*
315 *visto que, a partir do início de funcionamento das plantas de beneficiamento a água*
316 *contaminada com lama e cascalho será destinada às caixas de decantação e após separação*
317 *será reutilizada no processo. Desta forma, após a alimentação inicial da estrutura de*
318 *beneficiamento a única água que o processo demandará será perdida por evaporação. Como*
319 *a água com lama irá para as caixas de decantação não haverá carreamento para o curso*
320 *d’água. Só isso, obrigada. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, obrigado. Nesse item nós temos*
321 *também a inscrição para falar, do Sr. Vicente Paula. VICENTE PAULA (COOPERATIVA):*
322 *Bom dia a todos, eu sou Vicente de Paula Almeida, sou Presidente da Cooperativa dos*
323 *Garimpeiros da Região de Coromandel e eu sou Engenheiro de Minas, responsável técnico.*
324 *Eu só queria deixar claro que foi muito bem explicado aqui o Parecer dos técnicos da*
325 *SUPRAM e eu me inscrevi simplesmente para que se tivesse alguma dúvida, eu estaria aqui*
326 *pronto para qualquer esclarecimento. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Vamos colocar em*
327 *votação então o item 5.1, aos que concordam com o Parecer da SUPRAM e inclusão das*
328 *Condicionantes sugeridas permaneçam como estão. Item aprovado. Item 6.1 – Britagem São*
329 *Salvador, destaque da FIEMG. Pois não, Thiago. THIAGO (FIEMG): Presidente, em que*
330 *pese eu ter enviado o Parecer de Vista recomendando um Termo de Acordo com a SUPRAM,*
331 *eu tive acesso, após o envio, ou seja, um fato superveniente, de questões relacionadas a um*
332 *Parecer que tinha sido feito anteriormente a este para o Deferimento, sendo que este era para o*
333 *Indeferimento e também algumas questões com a qual eu já iniciei uma conversa com o*
334 *Gestor do processo, que já me esclareceu muitas coisas, mas ainda tenho algumas dúvidas. O*
335 *PAFEM tem que ser, a gente entende que ele tem que ser dotado de um processo único*
336 *trazido aqui, seja ela para o Deferimento ou Indeferimento para que a gente possa aprovar ou*
337 *não. Então, assim, diante dessas questões que vieram ao meu conhecimento superveniente, eu*
338 *gostaria de saber se existe algum tipo de resistência da SUPRAM, recomendando que seja*
339 *baixado em diligência para sanar essas questões, sem o prejuízo do Parecer Técnico e sem*
340 *prejuízo para o empreendedor? RICARDO (PRESIDENTE): Sim, sim, nós temos aqui a*
341 *possibilidade de baixar em diligência quando for requerido, desde que aja aprovação do*
342 *Presidente. O processo vai ser baixado então em diligência para esclarecimentos e*
343 *clareamento dessas questões aí. Ok, Thiago? THIAGO (FIEMG): Certo, e eu deixo à*



disposição do empreendedor, que certamente vai ser marcada uma reunião. Se ele precisar de alguma coisa, se quiserem fazer a reunião ou aqui ou na FIEMG, nós estamos à disposição. RODRIGO (CREA): Eu gostaria de lembrar nesse processo que o responsável técnico não tem habilitação para estar fazendo esse tipo de trabalho. Então, se ele for dar entrada na SUPRAM de novo ele precisa apresentar um responsável técnico habilitado. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Esse processo será baixado em diligência e existia um pedido de destaque da SUPRAM, mas nesse caso vamos em frente, o processo está baixado, item 6.1. Item 7.1 – Posto Novo Xodó Ltda, nós temos um destaque aqui da SUPRAM, no item 7.1. Pois não. RODRIGO (SUPRAM): Só queria retificar no Parecer, na folha 05, item 6.2, na linha 07, está escrito Iodo e é Lodo. RICARDO (PRESIDENTE): Está Ok, obrigado. Tem um destaque aqui também do CREA, pois não. RODRIGO (CREA): É quanto as Condicionantes, nós já conversamos, é só o item 3 acrescentar a necessidade da ART no Certificado. RODRIGO (SUPRAM): Concordo em acrescentar o pedido de ART. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Vamos então à votação do item 7.1, aos que concordam permaneçam como estão. Item aprovado. Item 8.1, nós temos um destaque aqui da SUPRAM, no item 8.1. CRISTIANE (SUPRAM): Nós queríamos fazer só uma modificação no Parecer, na página 02, 5º parágrafo, linha 03, onde se lê: Em 24 de novembro de 2015, é 2014. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Vamos colocar em votação então do item 8.1, os que concordam com o Parecer permaneçam como estão. Item aprovado. Item 8.3 – Macedo & Souza Ltda, nesse item a gente tem uma inscrição que vai falar pelo processo, Marcos Peixoto. Ok. Não há necessidade mais da manifestação. Então, vamos passar para votação do item. Os que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Ok, item aprovado, item 8.3. Item 9.1 – José Albino de Oliveira, nesse item tem um destaque do CREA. RODRIGO (CREA): Com relação às Condicionantes também, eu gostaria de colocar o seguinte, a Condicionante nº 01, equipe da SUPRAM, o sistema de instalação dos efluentes sanitários não necessitaria de ART? AMILTON (SUPRAM): Sim, vamos incluir. RODRIGO (CREA): O item da Condicionante 02 também, análise de efluentes não seria um Laudo? Não teria que vir acompanhado de ART também? AMILTON (SUPRAM): A análise de efluentes, primeiro porque ela tem que ser feita por laboratório creditado ou homologado junto à Rede Metrológica do Estado de Minas Gerais, todo laudo vai vir assinado pelo responsável técnico do Laboratório. Então, aqui é apenas um Laudo para caracterização dos efluentes pela atividade. No plano de monitoramento ambiental ele vai apresentar um laudo mais conclusivo e aí sim tanto no item 01 que trata do monitoramento do solo, onde se é exigida a análise não só do solo, mas também dos efluentes, está escrito que ele deve apresentar com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica. Então, o laudo vai vir, geralmente vai ser feito por um Químico ou outro profissional que seja habilitado para fazer esse laudo e posteriormente à interpretação desse laudo aí sim ele apresenta com a devida anotação de responsabilidade técnica. RODRIGO (CREA): Concordo. Amilton, só em relação ao item 3 agora, quando você fala: “*Os Contratos de prestação de serviços para o tratamento de resíduos orgânicos*”, esses contratos com as empresas que fazem esse tipo de serviço tem que vir com acompanhado com a ART. AMILTON (SUPRAM): É uma prestação de serviço, então, eu acho que o importante é que esses resíduos sejam destinados para empresas licenciadas ambientalmente, porque no caso aqui são resíduos da área de saúde, então, a empresa que for receber esses resíduos, primeira coisa, ela tem que estar licenciada ambientalmente e o contrato é para garantir que o empreendedor tem uma vinculação com essa empresa e possa destinar esse resíduo para ela, licenciada ambientalmente. Aí eu acho que não há necessidade de se pedir ART num contrato. Agora, dentro da empresa, no licenciamento ambiental da empresa que vai tratar esses resíduos, aí sim, os estudos, os sistemas de controle tem que ter um responsável técnico e o laudo que ele for emitir, aí sim. É apenas uma opinião, um ponto de vista. RODRIGO



(CREA): Ok, concordo. Só mais um item, o item 6 onde você fala: “*comprovar construção de curvas de nível*”, como que seria a dimensão disso, não precisaria também de um responsável técnico? AMILTON (SUPRAM): A aplicação de efluentes da suinocultura vai ser feita numa área agrícola, no corpo do Parecer eu descrevo que essa aplicação deve ser feita após uma análise de um profissional devidamente habilitado na área de fertilidade do solo e irrigação. Então, como processo de licenciamento ambiental, que foi protocolado aqui, ele tem dois responsáveis técnicos que são habilitados nessa área de Agronomia e de fertilidade do solo, então, creio que, primeiro que para ele locar uma curva de nível ele vai ter que ter um profissional que saiba locar essa curva de nível, não é? E, posteriormente, ele vai apresentar e comprovar isso aqui junto ao órgão ambiental. Podemos então incluir que ele apresente com ART, sem problema algum, mas existem dois profissionais nos estudos, falando que eles são responsáveis por isso. RODRIGO (CREA): Concorde. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Rodrigo. Vamos colocar em votação então o item 9.1, aos que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Item 9.2 – Real Distribuidora de Carnes, nesse item nós temos destaque também do Rodrigo, CREA. Pois não, Rodrigo. RODRIGO (CREA): Novamente com relação às Condicionantes. O item 1, com relação ao Laudo relativo ao Sulfeto de Hidrogênio, não necessitaria de ART nesse Laudo, Amilton? Ou seria o mesmo caso do anterior? AMILTON (SUPRAM): Entendo que é o mesmo caso. É o laudo emitido por um laboratório, que é creditado, homologado, junto à rede metrológica do Estado, conforme DN 167/2011. Eu acho desnecessário exigir ART nesse caso. RODRIGO (CREA): E a Condicionante 03 que você fala que: “*deverá ser protocolado cópia do CAR*”; o CAR sim tem que vir acompanhado do ART do profissional que o fez. AMILTON (SUPRAM): De acordo com as instruções que nós temos a respeito do CAR, se a área for inferior a 04 módulos não haveria necessidade. Se ela for superior a 04 módulos, com necessidade. RODRIGO (CREA): Esse caso específico. AMILTON (SUPRAM): Esse caso específico, como está localizado aqui no Município de Uberlândia, a área é inferior, mas de toda forma essa área aí que é da Matrícula 170.115 já está gravada à margem da matrícula do imóvel a área de Reserva Legal e consta na averbação do Cartório a ART do responsável técnico, tanto do Mapa como do Memorial Descritivo. RODRIGO (CREA): Concorde. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado. Temos um destaque ainda da PGJ. CARLOS VALERA (PGJ): Observo que é um empreendimento Classe 5, então, ia fazer a propositura da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padra da SUPRAM TMAP. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Dr. Carlos. A gente tem ainda nesse item o destaque do CODEMA. GLAUCIMAR (CODEMA): Como o empreendimento está dentro da área urbana, não seria a necessidade de excluir essa Condicionante 03? **Áudio não identificado – fora do microfone.** GLAUCIMAR (CODEMA): Mas aí eu entendi que você falou que parte. AMILTON (SUPRAM): Eu vou tentar te esclarecer, se não for claro você. Real Distribuidora de Carnes, a matrícula onde está localizado o abatedouro, ela foi transformada em área urbana, consta lá um haver na matrícula e essa matrícula é nº 6.852. É o CAR que você está falando? Quando a gente está pedindo o CAR, a gente pede o CAR da matrícula 170.115, que é uma área adjacente à matrícula 6.852. A matrícula 170.115 que é onde ele joga os efluentes, essa ainda não é Zona Urbana, ela é Zona Rural, daí a Condicionante. GLAUCIMAR (CODEMA): Esclarecido. RICARDO (PRESIDENTE): Vamos colocar em votação então, inicialmente, o Parecer da SUPRAM. Aos que concordam com o Parecer do item 9.2 permaneçam como estão. Item aprovado. Na sequência a gente faz a votação da Condicionante sugerida pelo Dr. Carlos, que é a Condicionante do SNUC. Aos que concordam permaneçam como estão. THIAGO (FIEMG): Eu voto contra. **Áudio não identificado – fora do microfone.** THIAGO (FIEMG): Oi? RICARDO (PRESIDENTE): Não, já estamos votando a Condicionante. THIAGO (FIEMG): Voto contra em razão de



entender que o estudo não foi municiado com EIA/RIMA e não traz significativo impacto ambiental. ELAINE (FAEMG): Pelas mesmas razões. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. FERNANDO RUAS (ABES): Voto contra, pelas mesmas razões expostas pelo Conselheiro Thiago. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Pelas mesmas razões da FIEMG. FLÁVIO FRÓES (SEDE): Pelas mesmas razões do Conselheiro Thiago. RICARDO (PRESIDENTE): Mais alguma manifestação. Então, a inclusão da Condicionante restou Deferido, no item 9.2 vai ser incluída a Condicionante do SNUC. Item 9.3 – Cristiane Maria de Castro, nós temos destaque nesse item da SUPRAM. ANA LUIZA (SUPRAM): Quero solicitar a alteração da Condicionante nº 03, que ficaria com a seguinte redação: *“Comprovar por meio de relatório fotográfico a implantação do sistema de coleta seletiva de lixo doméstico em todos os locais de demanda conforme item 08 do Parecer. Instalação do extintor de incêndio e adequação da bacia de contenção no local de armazenamento de diesel, conforme proposto no PCA, com ART do profissional responsável”*. Acrescentar a Condicionante 09, com a seguinte redação: *“Garantir o manejo adequado para o sistema de resfriamento de água fornecida às aves nos bebedouros, de tal forma a evitar o desperdício de água. Prazo: Durante a vigência da LOC”*. No programa de auto monitoramento, no item 1, com relação a efluentes líquidos, gostaria de acrescentar um item também: *“Local de amostragem: entrada e saída do sistema de tratamento de efluente sanitário parâmetros pH sólido sedimentáveis, vazão média, DBO520, DQO, sólidos em suspensão, óleos, graxas e detergentes. Frequência: anual”*. RICARDO (PRESIDENTE): Temos um destaque ainda nesse item da PGJ, Dr. Carlos, item 9.3. CARLOS VALERA (PGJ): Presidente, mesma situação, empreendimento Classe5, queríamos propor a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Vamos colocar inicialmente em votação o Parecer da SUPRAM, aos que concordam com o Parecer permaneçam como estão. Item aprovado. Na sequência a gente coloca em votação a Condicionante sugerida pelo Dr. Carlos. THIAGO (FIEMG): Voto contra, pelas mesmas razões já expostas. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. FLAVIO FRÓES (SEDE): Pelas mesmas razões anteriores. ELAINE (FAEMG): Também, pelas mesmas razões. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Contra, acompanhando o voto da FIEMG. FERNANDO RUAS (ABES): Contra, acompanhando a FIEMG. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, acho que temos a aprovação novamente da Condicionante sugerida pela PGJ. Então, no item 9.3 vai ser incluída a Condicionante do SNUC. Item 9.4 - Ney Queiroz de Souza, nesse item nós temos o destaque da SUPRAM. ANA LUIZA (SUPRAM): Apenas algumas correções, no item 04 do Parecer, com relação a intervenção e utilização de Recursos Hídricos, na terceira linha onde se lê *“validade até 18 de julho de 2013”*, está errado, a validade é até 18 de julho de 2016. Houve um questionamento da Conselheira do CODEMA com relação a quantidade de água, ela me passou mais cedo, se seria suficiente. Somando todas as captações, as três captações que ele tem daria 107,1 m3/dia, com relação a quantidade de animais que são 5.000, utilizando uma média de 08 litros por suíno/dia, daria uma demanda de 40 m3/dia, então, é suficiente. Gostaria de acrescentar também no Item 1 – Programa de auto monitoramento dos efluentes líquidos: *“Local de amostragem: entrada e saída do sistema de tratamento de efluente sanitário parâmetros pH sólido sedimentáveis, vazão média, DBO520, DQO, sólidos em suspensão, óleos, graxas e detergentes. Frequência: anual”*. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Vamos botar em votação então o item 9.4, aos que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Item 9.5 – Ouro Fino Químico Ltda, nesse item nós temos destaque da PGJ, Dr. Carlos. CARLOS VALERA (PGJ): Igualmente Sr. Presidente, empreendimento Classe 6, então, nós queríamos requerer a inclusão da Lei do SNUC. RICARDO (PRESIDENTE): Destaque ainda do CREA. RODRIGO (CREA): Equipe SUPRAM, com relação à Condicionante 05, instalação dos 02 (dois) sistemas de controle de emissão atmosférica, não



teria que ter uma ART acompanhando? AMILTON (SUPRAM): Sim, vamos colocar uma ART. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não, Thiago. THIAGO (FIEMG): Só um esclarecimento, item 9.5, ele foi municiado com EIA/RIMA esse processo? Ele apresentou qual estudo RCA ou EIA? AMILTON (SUPRAM): RCA e PCA. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): O CONAMA 01/86 não tem essa justificção. FERNANDO RUAS (ABES): Eu gostaria de saber do empreendedor ou da equipe, porque já existe um outro complexo lá referente a fabricação desse produto aqui. Eu gostaria de saber se no outro processo já foi requerida a Condicionante da SNUC, no primeiro momento? AMILTON (SUPRAM): O processo, conforme a DN 74/04 diz que o parâmetro é faturamento. Então, o primeiro processo foi classificado como Classe 4, posteriormente, a economia muda, a DN põe faturamento e ele passou da Classe 4 para Classe 6, mas assim, inicialmente o processo que era Classe 4 foi instruído com RCA e PCA. FERNANDO (RUAS): OK, muito obrigado. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Só para questão, o primeiro processo foi 20 milhões de faturamento e hoje o processo conta com 01 bilhão. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado José Roberto pelo esclarecimento, mais algum comentário senhores? Vamos colocar em votação o item 9.5, aos que concordam com o Parecer permaneçam como estão. Item aprovado. Vamos na sequência para votação da Condicionante sugerida pela PGJ, pelo Dr. Carlos, que é a inclusão da Condicionante do SNUC. THIAGO (FIEMG): Voto contra, pelo estudo não estar municiado com EIA/RIMA, para identificação do significativo impacto ambiental. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. FERNANDO RUAS (ABES): Voto contra, pelos mesmos motivos do Conselheiro Thiago. FLAVIO FRÓES (SEDE): Eu sou contra, acompanhando voto da FIEMG. ELAINE (FAEMG): Pela ausência do EIA/RIMA, acompanhando o voto do Thiago. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Contra, pelas mesmas razões da FIEMG. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, mais uma vez, fazendo a contagem dos votos, a gente tem a inclusão da Condicionante do SNUC como incluída. Então, será incluída no item 9.5 a Condicionante sugerida pelo Dr. Carlos. Vamos ao item 9.6, nesse item nós o destaque do CREA, José Silvestre Nunes. RODRIGO (CREA): Equipe SUPRAM, com relação à Condicionante 04, relatório técnico fotográfico, talvez a inclusão da ART também. EMANUELI (SUPRAM): Condicionante 04? RODRIGO (CREA): *“Realizar drenagem da água da chuva acumulada nas três lagoas de tratamento de dejetos, bem como nos três biodigestores, comprovando através de relatório técnico fotográfico”*. EMANUELI (SUPRAM): Ok. Concordo. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Destaque ainda nesse item do CODEMA. GLAUCIMAR (CODEMA): Como houve vários acontecimentos nesse empreendimento, houve embargos e tudo, inclusive poluição de curso d’água, eu entendo que o prazo para Licença de Operação Corretiva, eu acredito que ele deveria ser diminuído para 04 anos. EMANUELI (SUPRAM): Por se tratar de um empreendimento Classe 3, o prazo mínimo da Licença realmente é 06 anos. Poderíamos conceder 02 anos a mais caso não houvesse esse histórico negativo. Então, nós já estamos concedendo o prazo mínimo. Se fosse Classe 5 e 6 aí sim seria 04 anos o mínimo. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Nesse item nós temos uma inscrição para fazer manifestação, do Sr. Daniel. Não vai fazer mais uso da palavra. Ok. Então, vamos colocar em votação. Sim, Dr. Carlos. CARLOS VALERA (PGJ): Eu acho que não foi anotado, mas eu solicitei destaque nesse item. Justamente, eu queria ouvir o empreendedor, porque como a Conselheira Glaucimar levantou, tem um histórico desse empreendimento e nos preocupa, porque antigamente não tinha a viabilidade ambiental e agora tem. Então, eu queria, para efeito de cautela e transparência, que o empreendedor se manifestasse e declarasse se todos os problemas ambientais que foram detectados no histórico anterior já estão sanados e pudesse explicá-los, por favor. DANIEL (BRF): No passado o produtor José Silvestre teve alguns problemas ambientais, primeiramente foi o da lagoa de dejetos que estava com defeito, problema de



fertirrigação, onde foram constatados vazamentos de efluentes e na composteira que também estava com produção de chorume. Todos esses itens foram sanados, o processo anterior foi deferido, um novo processo já demos entrada com todas essas ações já corretivas, comprovado junto à SUPRAM. Então, atualmente haverá esse monitoramento conforme proposto. Esses problemas ficaram no passado, houve um problema que se somou junto com a condição financeira do produtor, mas já sanados, todos eles. CARLOS VALERA (PGJ): Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Daniel. RICARDO (PRESIDENTE): Vamos colocar então em votação o Parecer da SUPRAM à cerca do item 9.6, aos que concordam permaneçam como estão. Item aprovado. Item 10.3 - Brasnutri Indústria e Comércio Ltda, nesse item nós temos um destaque da SUPRAM. RODRIGO (SUPRAM): No anexo II, do Item de Monitoramento de efluentes líquidos eu queria acrescentar a entrada e saída da caixa separadora, que ficou faltando. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Destaque ainda da PGJ no item 10.3. CARLOS VALERA (PGJ): Mais uma vez, Sr. Presidente, empreendimento Classe 5, eu queria sugerir a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Vamos colocar em votação então, inicialmente o Parecer, posteriormente a gente analisa a Condicionante sugerida pelo Dr. Carlos. Então, aos que concordam com o Parecer da SUPRAM, no item 10.3, permaneçam como estão. Item aprovado, Parecer aprovado. Na sequência a gente faz a votação da inclusão da Condicionante sugerida pela PGJ. ELAINE (FAEMG): Sou contra, pela ausência de estudo de impacto ambiental. THIAGO (FIEMG): Pelas mesmas razões já explanadas anteriormente. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. FLAVIO FRÓES (SEDE): Contra, pelos mesmos motivos já explanados. FERNANDO RUAS (ABES): Eu gostaria de um esclarecimento nesse caso, como é uma revalidação, existe um processo anterior a esse, saber se no processo anterior já foi feito algum pagamento referente à Lei do SNUC, exatamente para evitar alguns problemas, igual aconteceu, tem alguém que possa esclarecer. RODRIGO (SUPRAM): Não, não foi feito. FERNANDO RUAS (ABES): Ok, não foi feito, mas mesmo assim eu ainda concordo com o Conselheiro Thiago, referente a uma revalidação de licença e não tem um estudo referente para ver se tem significativo impacto ambiental ou não. Muito obrigado. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Contra, pelas mesmas razões. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, mais uma vez a maioria dos votantes é pela inclusão da Condicionante do SNUC. Então, no Item 10.3 além da aprovação do Parecer feito pela SUPRAM a gente vai ter a inclusão da Condicionante sugerida pelo Dr. Carlos, que é da Lei do SNUC. **13. Encerramento:** Com isso a gente encerra nossa reunião de hoje. Agradeço a participação de todos. Tenham um bom dia. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Presidente. Uberlândia, 09 de outubro de 2015.

RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO (presidente suplente)